



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação KAPPA

TERMO
DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 471/2021/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0028.049682/2021-83/SEDAM

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Acessórios (multimídia), **visando atender as necessidades básicas da SEDAM.**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do(a) Pregoeiro(a), designado(a) por meio da **Portaria Nº 140/SUPEL/GAB, publicada no DOE do dia 05.11.2021**, em atenção à intenção de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pelas empresas **MARES SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (item 6)** e **ANAX BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA (item 7)**, já qualificadas nos autos, com base no princípio da vinculação ao edital, da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública, bem como legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

As empresas acima citadas, manifestaram suas intenções recursais em momento oportuno, contra a habilitação ocorrida neste Pregão Eletrônico.

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o(a) Pregoeiro(a) recebe e conhece a intenção interposta, sendo considerada tempestiva e encaminhada por meio adequado.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

a) MARES SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (item 6)

Apresentamos, em síntese, a intenção e recurso administrativo da referida recorrida:

Intenção

Prezado, o PRODUTO INFORMADO MAVIC AIR 2S, não possui peso de decolagem tal qual mencionado em EDITAL.

Recurso

Mesmo manifestado a intenção de recurso, conforme os artigos da Lei e Decreto, necessário se faz a impetração da peça recursal, a qual deverá ser apresentada as razões e justificativas sobre os fatos alegados.

Neste diapasão, resta o atendimento complementar do Art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, vez que aberto o prazo, as razões não foram apresentadas.

A norma exige, portanto, o cumprimento de dois requisitos: o prazo, imediato, (atendido); a apresentação da motivação (não atendido).

Diante do que prega, não basta, declarar o interesse em recorrer; **é indispensável que o licitante indique expressamente o motivo, a razão do seu inconformismo; o erro ou a ilegalidade que o pregoeiro ou a equipe de apoio cometeu, através do recurso administrativo.**

Destarte, apesar da intenção inicial apresentada e o inconformismo da Recorrente, razão alguma lhe assiste.

b) ANAX BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA (item 7)

Apresentamos, em síntese, a intenção e recurso administrativo da referida recorrida:

Intenção

Os modelos ofertados pelas 2 primeiras colocadas NÃO atendem a especificação técnica exigida, no que se diz respeito a: Possuir câmera de 8MP ou superior.

Recurso

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a empresa BELEMGPS COMERCIO E SERVICOS DE CARTOGRAFIA E MEIO AMBI, apresentando no articulado as razões de sua irsignação.

“... após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por aceitar e habilitar a Proposta Comercial do arrematante BELEMGPS COMERCIO E SERVICOS DE CARTOGRAFIA E MEIO AMBI, que ofertou o GPS do fabricante GARMIM modelo ETREX 32X..”

“...O Termo de Referência traz a descrição do item 7 - GPS:

- Deve ser do modelo de mão (portátil)
- Possuir no mínimo receptor GLONASS
- Possuir câmera de 8 MP ou superior, com foco automático e geomarca
- Possuir bússola de 3 eixos com altímetro barométrico
- Possuir conectividade sem fio...”

“...Acontece que o GPS do fabricante GARMIM modelos ETREX 32X e ETREX 22X (esse último é o modelo ofertado pela segunda colocada) sequer possuem câmera, não atendendo assim as especificações técnicas do edital...”

DO PEDIDO:

Com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão de habilitação da empresa BELEMGPS COMERCIO E SERVICOS DE CARTOGRAFIA E MEIO AMBI e que a mesma seja desclassificada do item 7.

DAS CONTRARRAZÕES

Informamos que a licitante, **BELEMGPS COMERCIO E SERVICOS DE CARTOGRAFIA E MEIO AMBIENTE LTDA**, apresentou a seguinte contrarrazão:

Em face as razões recursais da empresa ANAX BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA, por alegar supostamente dissonância entre a proposta apresentada e o descritivo do ITEM 07 do termo de referência, pelos fatos e fundamentos abaixo relacionados:

O pregoeiro declarou a licitante BELEMGPS COMERCIO E SERVICOS DE CARTOGRAFIA E MEIO AMBIENTE LTDA vencedora do ITEM 07 do certame por ter oferecido o menor preço, no entanto, a empresa ANAX BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA apresentou recurso administrativo alegando não cumprimento ao descritivo do ITEM.

Quando da declaração do licitante vencedor, o sistema automaticamente abriu o prazo para manifestação das intenções recursais, e posterior prazo para contrarrazões prazo esse cumprido, sob as alegações abaixo.

“...Observamos que o certame foi devidamente conduzido e após análise com a equipe técnica a empresa CONTRARAZOANTE teve sua proposta aceita e habilitada. Nos moldes do itens 11.5 e 11.5.1....”

“...consta-se devidamente explicito em ATA que o nossa proposta foi analisada e aprovada pela equipe técnica deste respeitável órgão. Vejamos:

“...Motivo Aceite :Prezado Senhor, a título de esclarecimento, informamos que: a análise da Proposta de Preços, ou seja, dos equipamentos Acessórios/multimídia) é realizada por técnicos da Pasta Gestora, não cabendo a esta Pregoeira, ir de encontro com a análise realizada, vez que, somente o órgão requisitante detém de conhecimentos técnicos do equipamento a ser adquirido...”

“...A empresa CONTRARAZOANTE é uma empresa séria que atua com excelência em todos os seus clientes, que buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido no instrumento convocatório, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora do presente processo.

E como tal, levando em consideração, o que a recorrente manifesta mediante razões ao recurso, e buscando sempre a transparência nos seus atos praticados, descreve suas contrarrazões.

Não havendo qualquer motivo para solicitar a desclassificação da empresa BELEMGPS COMERCIO E SERVICOS DE CARTOGRAFIA E MEIO AMBIENTE LTDA, quanto a estes quesitos.

Os recursos interpostos pelas empresas recorrente, são carentes de conhecimento e embasamento quanto à matéria, não trazendo nada que possa acrescentar, e sim, apenas de ludibriar e mal falar a decisão acertada do Sr. Pregoeiro e equipe de apoio.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada acertadamente

pelo Sr. Pregoeiro onde foram respeitados todos os princípios basilares da licitação....”

4. DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetividade e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento.

Inicialmente frisa-se que, o certame licitatório ocorre em consonância com o Termo de Referência, documento obrigatório e prévio do procedimento licitatório, visto que, é o documento que apresenta as características mínimas do objeto de acordo com a necessidade do Órgão Requisitante. Por este motivo, antes da classificação por esta pregoeira da proposta apresentada pela empresa participante, os autos foram encaminhados ao Órgão requisitante para análise e emissão de parecer técnico quanto ao objeto ofertado, conforme informações no **Parecer nº 43/2021/SEDAM-CTI**, anexo aos autos (**ID- 0021655963**).

Assim, conforme Análise Técnica através do **Parecer nº 43/2021/SEDAM-CTI (ID- 0021655963)**, atestado pelo Senhor Pablo Henrique de França, Assessor Especial de Tecnologia da Informação – CTI/SEDAM, o objeto ofertado atendia as exigências mínimas do Termo de Referência, vejamos:

“... ATENDE todos os requisitos do Termo de Referência e Edital. Modelo: Garmin eTrex 32x...”

Desta maneira, esta Pregoeira, em obediência as informações quanto as necessidades daquele órgão, informando que o objeto ofertado atendia ao solicitado, classificou a proposta apresentada pela empresa recorrida.

Contudo, em fase recursal, a recorrente alegou que o modelo ofertado, não atendia ao edital em itens relevantes para o usuário.

Desta maneira, devido ao questionamento apresentado e por tratar-se de questão técnica quanto a especificação do equipamento, fora remetido os autos para uma reanálise da proposta apresentada, bem como as razões alegadas no recurso.

Com isso, a Secretaria de Origem por meio da Análise Técnica através do **Parecer nº 45/2021/SEDAM-CTI (ID- 0022235844)**, assinada pelo servidor: Pablo Henrique de França, Assessor Especial de Tecnologia da Informação –CTI/SEDAM, atestou em síntese o que segue:

“...Ratificamos as análises das propostas elencada pelos recursos apresentados: **NÃO ATENDE** todos os requisitos do Termo de Referência e Edital (o GPS apresentado não possui câmera).”

Em vista dos argumentos observados, e por tratar-se de questão exclusivamente pertinente as necessidade daquele órgão, esta Pregoeira acata a análise técnica.

Há que se consignar ainda que, a Pregoeira não utilizou critérios de julgamento diferenciados, restando evidente que os mesmos direitos que restaram à disposição de um licitante, também se estenderam aos demais, em consonância com o princípio da isonomia.

5. DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela narrativa ora exposta, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-o **tempestivo**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **Procedente**, reformulando a decisão exarada na Ata do **Pregão Eletrônico nº 471/2021/KAPPA/SUPEL/RO** do **dia 10/11/2021**. Onde, aceitou/habilitou a empresa BELEMGPS COMERCIO E SERVICOS DE CARTOGRAFIA E MEIO AMBIENTE LTDA, para o item 7.

Por fim, submetemos a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 24 de novembro de 2021.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA
Pregoeira KAPPA/SUPEL/RO